

Justiça em

Edição 40
Ano VIII - abril 2014



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Adoção

A esperança de crianças
e pais para a formação
de novas famílias



NESTA EDIÇÃO

Varas com competência de Juizado
Revista digital e seu novo formato
Estatísticas processuais
Perfil Regional de Jales

Nova Gestão da Diretoria do Foro
Subsecretaria de Infraestrutura
Destaques nacionais
Novas seções

NOVA DIRETORIA

Este é o meu primeiro editorial na Justiça em Revista, publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo, na qualidade de Diretora do Foro.

Antes de tudo, deixo expressa minha extrema gratidão ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Desembargador Fábio Prieto, pelo convite e pela confiança em mim depositada, que procurarei honrar todos os dias durante esta gestão na Diretoria.

Também registro a grande alegria de compartilhar o trabalho com o querido amigo Valdeci dos Santos, vice-diretor do Foro, tornando esta jornada bem mais agradável.

Nesses primeiros dias de atividade, tive contato com a enorme máquina administrativa que sustenta a atividade-fim realizada pelo Judiciário e pude constatar a eficiência e organização dos serviços realizados.

Situações diversas se apresentam a cada instante, tantas e de tantas áreas que sequer o imaginário alcança. Apenas o dia a dia aqui na Diretoria é que tem o condão de revelar.

Se os desafios são grandes, maior ainda é a disposição de enfrentá-los e resolvê-los.

Olhar para trás e perceber o quanto já foi realizado nos impulsiona a olhar para frente e acreditar que muito ainda há de ser conquistado.

Não se trata de um caminho a ser percorrido de forma solitária. A todos interessa ter à disposição um corpo administrativo capacitado e competente; portanto, a todos compete trabalhar em prol do mesmo objetivo.

A Diretoria do Foro está voltada a atender todos os juízes e servidores, por isso quer ouvi-los, conhecê-los e auxiliá-los no que for possível. Está de portas abertas a todos vocês, sintam-se à vontade para entrar.

Esta revista cumprirá o papel de porta-voz das boas práticas desenvolvidas nas varas, pelos juízes e servidores, bem como nos setores administrativos, divulgando e fomentando as propostas que buscam aprimorar a atividade jurisdicional.



Giselle de Amaro e França
Diretora do Foro

Nesta edição terão destaque uma interessante matéria sobre o processo de adoção, a nova configuração das varas federais que passam a contar, em sua estrutura, com os juizados especiais adjuntos, bem como as principais ações em tramitação perante a Justiça Federal de São Paulo. Também serão apresentadas a Subseção de Jales e a Subsecretaria Administrativa de Manutenção e Infraestrutura (UMIN). Boa leitura a todos! Um grande abraço.



Giselle de Amaro e França
Juíza Federal Diretora do Foro

Valdeci dos Santos
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro

Rodrigo Corral
Diretor da Secretaria Administrativa

Ricardo Acedo Nabarro
Diretor do Núcleo de Comunicação Social

Seção de Multimídia e Audiovisual
Hélio C. Martins Júnior (supervisor)
Coaracy Caracas Soares Santos
Elizabeth Branco Pedro
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa
Fernando Coleti (supervisor)
Jefferson Messias
Kátia Serafim

Estagiários
Paula Spínola
Bárbara Alcalde de Lima

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175

Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

VARAS FEDERAIS COM JEF ADJUNTO

A Constituição Federal prevê em seu artigo 5º, inciso XXXV, o direito de acesso à Justiça a todo cidadão. Para que esse direito possa ser exercido de forma mais ampla na Justiça Federal da 3ª região, foram inauguradas em diversas subseções judiciárias as chamadas “varas federais com Juizado Especial Federal adjunto cível e criminal”.

Essas unidades foram criadas a partir da alteração de competência de varas federais comuns, que passaram a contar com o serviço e o sistema do Juizado Especial Federal (JEF), e de varas-gabinete que tiveram sua competência modificada para também receber processos acima de 60 salários mínimos, teto dos JEFs.

Atualmente a Seção Judiciária de São Paulo conta com varas federais com JEF adjunto nas cidades de Caraguatatuba, Lins, Catanduva, Andradina, Limeira, Registro, Assis, Avaré, Barretos, Jaú, Jales e Tupã.

Novos desafios

Para a população, um dos principais benefícios trazidos com as instalações é a ampliação dos serviços da Justiça Federal para aquela localidade, pois geralmente a subseção possuía apenas um juizado ou uma vara federal, o que tornava o atendimento limitado.

Em alguns casos, o jurisdicionado precisava deslocar-se para cidades mais distantes a fim de propor as ações ou então ingressar na Justiça Estadual por meio da competência delegada. Esses fatores desestimavam as pessoas a buscarem seus direitos.

As instalações também promoveram um crescimento da JF, já que elas ampliaram a prestação

jurisdicional permitindo que os processos da competência delegada fossem redistribuídos da Justiça Estadual.

Contudo, o maior acesso aos serviços da Justiça Federal também traz novos desafios. Um deles é o aumento expressivo do número de ações que as novas varas federais com JEF adjunto recebem.

O juiz federal Jatir Pietroforte Lopes Vargas, diretor da Subseção Judiciária de Catanduva e titular da 1ª Vara Federal com JEF adjunto, explica que “a alteração de competência, no caso de Catanduva, fez com que uma unidade jurisdicional anteriormente concebida apenas como JEF, passasse, de uma só vez, a absorver todos os procedimentos em tramitação física, cíveis e criminais, com especial destaque ao numeroso acervo recebido em razão do fim da competência delegada, e alguns casos de grande complexidade, como os afetos

a organizações criminosas, sem que, contudo, houvesse adequação das bases físicas (o Fórum não conta com depósito judicial e tampouco com celas destinadas aos presos) e de pessoal, necessárias à acomodação das novas atribuições. Isto, seguramente, representa um grande desafio”.

No caso das cidades que já possuíam varas federais e passam a contar com o Juizado adjunto, a mudança ocorre com a criação de mais um setor dentro da vara. Assim, novas ações com até 60 salários mínimos ingressarão pelo sistema do juizado, que é virtualizado e dispensa o uso do papel, priorizando a simplicidade, economia processual e celeridade na tramitação das causas.

A diretora de secretaria da 1ª Vara Federal com JEF adjunto de Lins, Adriana Sastre, lembra que para o trabalho do Juizado ser feito de forma eficaz é indispensável uma estrutura para atendimento ao público e o treinamento dos funcionários. Ela ressalta que devido às particularidades do rito processual dos juizados, é necessário disponibilizar servidores para o atendimento, triagem, elaboração de petição inicial, distribuição, digitalização dos documentos e posterior gerenciamento dos autos.

Apesar dos desafios causados pela adaptação dos novos procedimentos nas varas federais com JEF adjunto, o benefício trazido à população dessas subseções é muito maior. Desta forma, o cidadão vê ampliado o seu acesso à Justiça e pode contar plenamente com os serviços da Justiça Federal. ■

ORIENTAÇÕES

Para auxiliar as subseções judiciárias que tiveram ou terão sua estrutura alterada sobre as novas rotinas processuais, o Núcleo da Escola de Servidores (NUES) deu início ao “Programa Facilitar”. O material foi criado para consulta e auxílio de magistrados e gestores de Fóruns nas principais questões que podem surgir nesta fase de mudanças. As informações sobre o programa estão disponíveis na intranet da JF/SP:

intranet.jfsp.jus.br/programa-facilitar



ACONTECEU - FEVEREIRO/MARÇO

POSSE DOS NOVOS DIRIGENTES - No dia 24/2 foi realizada, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP, a solenidade de posse dos novos dirigentes do TRF3 para o Biênio 2014/2016: desembargadores federais Fábio Pietro (presidente), Cecília Marcondes (vice) e Salette Nascimento (corregedora-regional). A cerimônia contou com a presença de autoridades dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.



ALINHAMENTO ESTRATÉGICO - No dia 11 e 12/2 ocorreu o evento “Alinhamento Estratégico da Administração Central”, voltado aos gestores que atuam na Sede Administrativa da capital.



LIDERANÇA - Foi realizada no dia 24/3 no auditório do JEF/SP a aula inaugural do curso “Desafios de Liderança: Liderando com propósitos”, promovido pelo NUES.



CÁLCULOS PREVIDENCIÁRIOS - Aconteceu nos dias 24 e 25/3, no prédio administrativo da Praça da República, o “Curso de Cálculos para as Varas Previdenciárias”, destinado à capacitação de servidores das varas previdenciárias da capital paulista.



ASSIS E AVARÉ - No dia 23/1 foi realizada em Assis/SP a solenidade de instalação do JEF adjunto e da nova sede do Fórum Federal. No dia 24/1 foi a vez da cidade de Avaré receber sua 1ª Vara Federal que atuará com o Juizado Especial Federal adjunto.



TUPÃ - No dia 24/3 foi inaugurada na 22ª Subseção Judiciária a 1ª Vara Federal com JEF adjunto.



TURMAS RECURSAIS - Em 6/2 foi inaugurada, no auditório do JEF/SP, a sede das Turmas Recursais. O evento ocorreu juntamente com a instalação da 6ª à 11ª turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo. Na semana seguinte, no dia 14, foi realizado o “II Curso de Ambientação das Turmas Recursais”, para recepcionar os novos servidores e juízes.



BRIGADA DE INCÊNDIO - Nos dias 13 e 14/3, foi realizado no Fórum de Jales um curso de brigada de incêndio, ministrado pelos instrutores Waldemir Vieira de Barros e Ismael de Assis.



MOGI DAS CRUZES - Com a intenção de melhorar as condições de atendimento ao público, o JEF criou em fevereiro o “Espaço do Jefinho”, local onde as crianças podem ficar enquanto os pais ou responsáveis são atendidos.



MEDIA TRAINING - Em 10/3 a EMAG promoveu o curso “Media Training” para dez magistrados da Justiça Federal. Esta foi a 4ª turma de juízes a passar pelo treinamento.



HOMENAGEM EM GUARULHOS - No dia 7/3 a Subseção Judiciária de Guarulhos realizou uma homenagem de despedida para o juiz federal substituto Guilherme Roman Borges, que passará a atuar na Justiça Federal da 4ª Região, no Paraná.



BARRETOS E JAÚ - As Subseções de Barretos e Jaú receberam respectivamente nos dias 28 e 29/1 a inauguração da 1ª Vara Federal com JEF adjunto.



PRIMEIROS SOCORROS - O Núcleo de Saúde ministrou nos dias 26 e 27/3, no prédio Administrativo da JF/SP, o “Workshop de Primeiros Socorros”.



GUARULHOS - Aconteceu no dia 17/1 a inauguração da 1ª Vara-Gabinete do JEF da 19ª Subseção Judiciária Federal do Estado de São Paulo, localizada no município de Guarulhos.



SÃO BERNARDO DO CAMPO - Foi instalada no dia 13/2 a 1ª Vara-Gabinete do JEF na 14ª Subseção Judiciária em São Bernardo do Campo.



JALES E ARAÇATUBA - No dia 4/2 a cidade de Jales recebeu a instalação da Vara com JEF adjunto. Já no dia 5/2 foi a solenidade de implantação da CECOM e da 1ª Vara-Gabinete do JEF no município de Araçatuba.



SEI - Foi realizado no dia 12/3, no auditório do JEF/SP, o curso de utilização do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, voltado para magistrados e servidores da JF/SP.

DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no link correspondente.

7/2 - INDEFERIDA TUTELA PARA LIBERAÇÃO DO FGTS POR MOTIVO DE DOENÇA

Juiz negou autorização para trabalhador movimentar as contas vinculadas ao FGTS quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por alguma das doenças relacionadas na portaria interministerial 2998/2001.

www.jfsp.jus.br/20140207-fgtsdoenca

17/2 - MARIDO NÃO TEM DIREITO A PENSÃO DE ESPOSA FALECIDA ANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 88

Esse foi o entendimento da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) na sessão do dia 14/2.

web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/309681

18/3 - TÉCNICO DE FUTEBOL SEM GRADUAÇÃO NÃO É OBRIGADO A SE FILIAR EM CONSELHO

O exercício profissional dos técnicos e treinadores de futebol não graduados em Educação Física é livre. Esses profissionais não estão submetidos à fiscalização e obrigatoriedade de filiação junto ao Conselho Regional de Educação Física. Esse foi o entendimento da 6ª Turma do TRF3.

web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/310951

27/3 - OUVIDAS TESTEMUNHAS DE DEFESA EM CRIME PRATICADO NA DITADURA

Teve início no dia 27/3 a oitiva das primeiras testemunhas de defesa no processo movido pelo Ministério Público Federal contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, Alcides Singillo e Carlos Alberto Augusto. Os réus são acusados de suposta prática de sequestro qualificado de Edgar de Aquino Duarte, em junho de 1971, durante o regime militar.

www.jfsp.jus.br/20140327-audienciaustra

13/2 - EM ARARAQUARA, MÚSICOS NÃO PODEM SER IMPEDIDOS DE EXERCER A PROFISSÃO

O Conselho Regional dos Músicos em São Paulo não pode restringir o exercício da atividade de músico, seja cobrando anuidades, seja obrigando-os a se inscreverem perante a Ordem dos Músicos e Ministério do Trabalho.

www.jfsp.jus.br/20140213-ordemmusicos

25/2 - JUIZ DETERMINA CORREÇÃO DO FGTS PELA INFLAÇÃO

O juiz federal Djalma Moreira Gomes julgou procedente um pedido para determinar que os depósitos do FGTS da conta do requerente sejam corrigidos monetariamente mediante a aplicação, desde 1/1/1999, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC em substituição à Taxa Referencial – TR.

www.jfsp.jus.br/20140225-fgts

25/3 - ELETROPAULO DEVE PAGAR INDENIZAÇÃO POR APAGÕES

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A foi condenada a pagar indenização no valor de R\$ 2 milhões, a título de danos morais coletivos, em virtude de reiterados “apagões” ocorridos em 2009, 2010 e 2011.

www.jfsp.jus.br/20140325-eletropaulo/

27/3 - TRF3 NEGA EQUIPARAÇÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

Decisão da 1ª Turma do TRF3 negou provimento à apelação cível de um servidor público federal do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCTA) que solicitava equiparação do valor do auxílio-alimentação com o recebido pelos servidores do Tribunal de Contas da União (TCU).

web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/311374

14/2 - RÉUS DE ACIDENTE AÉREO SÃO INTERROGADOS

Foi realizado o interrogatório dos três réus da ação penal relativa ao acidente aéreo ocorrido no aeroporto de Congonhas em 17 de julho de 2007, que resultou na morte de 199 pessoas.

www.jfsp.jus.br/20140214-casotam

10/3 - NEGADA INSCRIÇÃO JUNTO À OAB SEM REALIZAÇÃO DE EXAME

A 3ª Turma do TRF3 negou, por unanimidade, provimento à apelação que buscava obter a inscrição em definitivo perante os quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sem a realização do exame da instituição, cuja aprovação é requisito necessário para o exercício da advocacia.

web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/310609

26/3 – UNIÃO DEVE PAGAR INDENIZAÇÃO À MÃE DE VÍTIMA FATAL DE ACIDENTE FERROVIÁRIO

O TRF3 negou recurso da União Federal e manteve decisão em 1º Grau que a condenou ao pagamento de indenização de 1.000 (mil) salários mínimos à mãe de uma criança de sete anos morta em acidente ferroviário no município de Embu-Guaçu em 1998.

web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/311325

28/3 - PETICIONAMENTO ELETRÔNICO PASSA A SER OBRIGATÓRIO NOS JEFs E TURMAS RECURSAIS DE SP

Desde o dia 1/4 as petições, inclusive as iniciais, destinadas aos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo são recebidas somente por meio eletrônico (via internet), não sendo mais admitidas petições em papel.

www.jfsp.jus.br/20140328-peticionamentojef

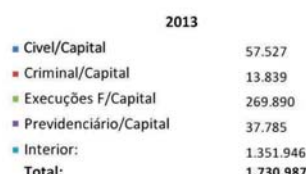
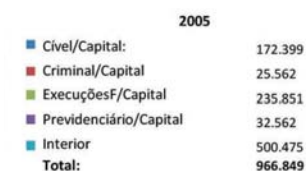


EVOLUÇÃO PROCESSUAL NA JF/SP

Criada em 1890 pela Constituição Provisória, a Justiça Federal era composta inicialmente pelo Supremo Tribunal Federal e apenas dois juizes por estado (um titular e um substituto). Após algumas mudanças, como sua extinção durante o governo de Getúlio Vargas, foi inaugurado, em 1968, o primeiro fórum da Seção Judiciária de São Paulo. Finalmente, em 1989, foram instituídos os Tribunais Regionais Federais das cinco regiões.

De lá pra cá, a Seção Judiciária de São Paulo cresceu muito, instalou-se em várias cidades do interior, criando novas subseções e atendendo mais pessoas. A “Justiça em Revista” fez um levantamento da variação da quantidade de ações em trâmite em todo o estado e revela alguns dados interessantes.

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

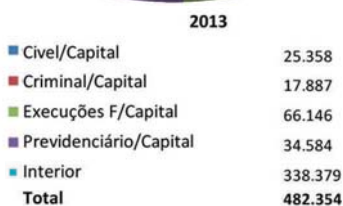
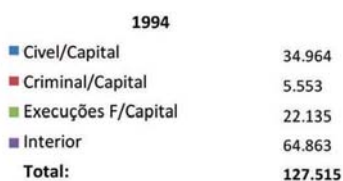


De 2005 a 2013, o número total de ações na Seção Judiciária de São Paulo

praticamente dobrou. Entretanto, isso se deveu à expansão e interiorização da JF, que inaugurou subseções, novos fóruns e varas. Assim, uma grande quantidade de processos que estavam tramitando na Justiça Estadual, em cidades que antes não havia Justiça Federal, foram redistribuídos no momento que foram inaugurando novas subseções.

Com relação a processos que tramitavam nos Fóruns Cível e Criminal, na capital, houve uma queda considerável. Os Fóruns Previdenciário e de Execuções Fiscais mantiveram a quantidade de ações neste intervalo de oito anos.

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS



Como se vê no gráfico, em 1994, ainda não havia varas previdenciárias. Essa é uma das explicações da quantidade de ações no Fórum Cível ser maior, já que era nele que os processos de matéria previdenciária eram distribuídos. De

resto, o número de ações criminais e de execuções fiscais distribuídas em um ano praticamente triplicou de 1994 a 2013.

Também em virtude da expansão da JF pelo interior do estado de São Paulo, verifica-se que a quantidade de processos distribuídos nas subseções aumentou consideravelmente neste intervalo.

ações por subseção judiciária incluindo sobrestados (nov/2013)

Atualmente, a Seção Judiciária de São Paulo é dividida em 43 Subseções. De acordo com levantamento feito pelo Núcleo de Apoio Judiciário, em novembro de 2013, a quantidade de processos que tramitavam no estado era de 1.730.987, assim distribuídos por subseção:

São Paulo: 379.041	Mogi das Cruzes: 9.321
Guarulhos: 52.443	Araraquara: 8.949
Campinas: 51.057	Botucatu: 8.641
Santos: 44.130	Itapeva: 8.522
Ribeirão Preto: 38.665	Franca: 8.232
SJ Campos: 32.529	Guarantiguetá: 8.117
Piracicaba: 27.792	Catanduva: 7.471
Bauru: 22.648	Marília: 7.104
SJ Rio Preto: 21.523	Barretos: 6.862
SBC: 20.910	Brag. Paulista: 6.050
P.Prudente: 19.993	SJ Boa Vista: 5.846
Sorocaba: 18.805	Assis: 5.450
Osasco: 18.208	Jaú: 5.394
Limeira: 17.584	Jales: 5.287
Santo André: 17.055	Tupã: 4.852
Taubaté: 16.001	Ourinhos: 4.232
Jundiaí: 15.143	Caraguatatuba: 3.724
Araçatuba: 14.686	Andradina: 2.933
Americana: 13.233	Lins: 2.093
Mauá: 9.793	Avaré: 1.689
São Carlos: 9.388	Registro: 109

Desde que a Constituição Federal de 1988 permitiu que qualquer cidadão pudesse recorrer ao Poder Judiciário quando se sentisse lesado, a Justiça cresceu muito em todo país.

A Justiça Federal em São Paulo, anualmente, cria subseções em vários municípios, instala novas varas e inaugura novos fóruns para atender a uma população que, cada vez mais, vai em busca de seus direitos. ■

ADOÇÃO SEM SEGREDOS

Infertilidade, querer ajudar ao próximo, encantar-se com um olhar de uma criança que estava em um abrigo, ou simplesmente vontade de aumentar a família. Não importa o motivo pelo qual você deseja adotar uma criança ou um adolescente. Mas você sabe como é o processo de adoção no Brasil?

Primeiramente, a pessoa deve analisar todas as mudanças que acontecerão em sua vida e na vida da criança. Após a decisão da adoção, o primeiro passo é dirigir-se à Vara da Infância e da Juventude mais próxima da residência, já que a única maneira permitida por lei para adotar uma criança ou um adolescente é fazendo a solicitação junto a uma vara de adoção. Lá é possível esclarecer todas as dúvidas jurídicas e receber uma orientação sobre documentos que devem ser entregues e formulários a serem preenchidos.

Nessa etapa inicial após a formalização da pretensão à adoção com a entrega dos documentos, é realizada uma análise preliminar e, após aprovado, o pretendente é convocado para participar de um curso de preparação psicossocial e jurídica para a adoção.

O próximo passo é a fase de entrevistas realizadas por uma equipe técnica, com profissionais da área de psicologia e do serviço social da Vara da Infância e da Juventude. Elas buscam identificar as motivações e as expectativas dos candidatos à adoção e verificar, por meio de uma cuidadosa análise, se a pessoa está preparada para receber alguém na condição de filho.

Durante as entrevistas o pretendente informa quais as características da criança ou adolescente que ele busca, como sexo, idade, condições de saúde, tipo físico, entre

outras. A partir daí o candidato já está na fila de habilitados e o estudo psicossocial será confrontado com os perfis das crianças disponíveis para adoção da respectiva comarca.

Essas duas etapas iniciais para aprovação da pessoa interessada em adoção são rápidas, variando um pouco de comarca para comarca. Contudo, a partir de então, já não há mais como prever o tempo médio que o processo todo pode levar, pois tudo vai depender das características definidas nas preferências no momento em que é traçado o perfil da criança. Quanto mais restritiva for a lista de características, maior tende a ser o tempo para conseguir encontrar um cruzamento de sucesso entre adotante e adotado.

De acordo com um estudo divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir dos dados disponíveis no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), o principal motivo de desencontro entre

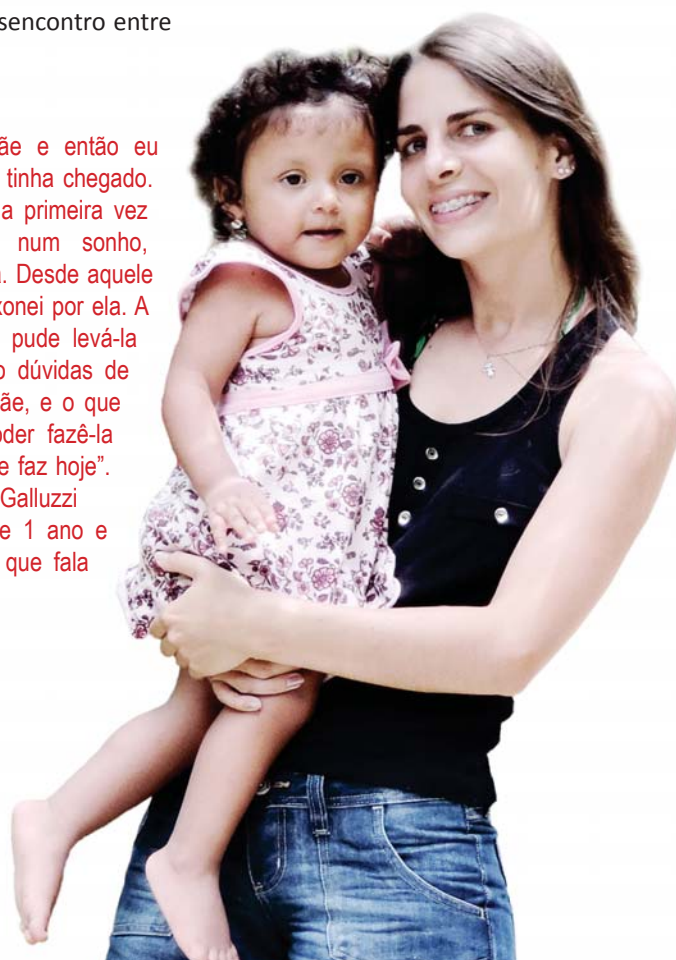
as pessoas interessadas em adoção e as crianças e adolescentes aptos é a idade. A disparidade é muito grande: enquanto 92,7% dos pretendentes querem crianças entre 0 e 5 anos, no CNA há apenas 8,8% de crianças cadastradas nesta faixa etária.

Até o primeiro trimestre de 2014 existiam cerca de 5,4 mil crianças e adolescentes aguardando por uma nova família, número muito inferior aos mais de 30 mil pretendentes cadastrados no CNA.

Compatibilidade de Perfil

Nessa fase do processo de tentativa de adoção cabe ao pretendente aguardar e acompanhar a posição na “fila” da vara. Não vai adiantar, por exemplo, ficar visitando abrigos em busca da criança. Boa parte da população

“Sempre quis ser mãe e então eu achei que o momento tinha chegado. Quando vi a Júlia pela primeira vez parecia que estava num sonho, sentia-me anestesiada. Desde aquele momento eu me apaixonei por ela. A ficha só caiu quando pude levá-la para casa. Não tenho dúvidas de que nasci para ser mãe, e o que eu mais desejo é poder fazê-la tão feliz quanto ela me faz hoje”. A servidora Mariana Galluzzi adotou Júlia há quase 1 ano e se emociona sempre que fala sobre a filha.



É importante saber

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), homens e mulheres, independentes do estado civil e opção sexual, desde que maiores de 18 anos, podem ser pretendentes à adoção. Contudo, é necessário que seja respeitada a diferença de 16 anos entre o adotante e o adotado. É crime registrar como seu filho o de outra pessoa, sem recorrer à Vara da Infância e da Juventude, podendo ser punível com reclusão de 2 a 6 anos (art. 242 do Código Penal), além da possibilidade do registro em cartório ser cancelado a qualquer momento. A partir da guarda provisória a criança pode ser incluída como dependente no plano de saúde. E a mãe tem direito a 120 dias de licença maternidade e o pai a 5 dias de licença paternidade. Não há nenhum custo durante o processo de adoção.

desses lugares não está disponível para adoção, mas sim em situação de acolhimento temporário e ainda mantém vínculo com a família biológica.

Além disso, saber o lugar em que está na fila não é nenhuma garantia, pois cada interessado tem um perfil distinto. Desta forma, alguns serão atendidos antes que os outros de acordo com a compatibilidade com a lista de futuros adotados. Outro e o mais importante motivo é que o principal objetivo da vara é encontrar famílias para as crianças e não o contrário. Para isso é que servem as entrevistas da fase inicial: identificar quando uma pessoa pode ser mais adequada a uma criança do que a outra.

Ao ser encontrada a compatibilidade de perfil, o pretendente é avisado e recebe um histórico sobre a vida do futuro adotado e, se houver interesse, é agendada uma visita. Nesses casos, para não frustrar a expectativa da criança, o encontro é realizado em um local que faça parte do seu cotidiano e conjuntamente com outras crianças.

Com a aprovação do pretendente, esse será o primeiro contato para uma aproximação gradativa entre a criança e o candidato à adoção. O tempo que transcorre até que ela seja levada para o lar adotivo varia de acordo com as condições do adotado.

Convivência e Registro

A próxima etapa é o estágio de convivência, quando a pessoa passa a ter a guarda provisória da criança. O período de tempo é variável e segue a determinação do juiz da Vara da Infância e Juventude.

É nesse momento em que acontece um estreitamento da relação entre o adotado e o adotante, onde são

estabelecidos os laços afetivos. Durante esse período, há um acompanhamento periódico realizado pela equipe de psicólogos e assistentes sociais da comarca, para relatar ao juiz todas as informações sobre a adaptação tanto do adotado quanto do adotante.

Depois do estágio de convivência é chegada a etapa final do processo de adoção, quando é lavrada a sentença, sendo essa uma decisão irrevogável, a menos que haja motivos para que haja a destituição familiar da nova família.

A partir de agora a criança passa

a ter uma certidão de nascimento onde constarão os nomes dos adotantes como pais e o registro original é cancelado.

O processo judicial de adoção tramita em segredo de justiça e ao final é arquivado, não podendo ser acessado nem mesmo pelos pais biológicos da criança/adolescente. A consulta às informações somente poderá ser realizada pelo adotado e mediante autorização judicial. ■



“Eu sempre fui aquela tia que adorava brincar com os sobrinhos, num determinado dia eu achei que estar com as crianças só nos finais de semana não era mais suficiente. Quando fui conhecer a Fabiana me apaixonei e me perguntei: será que ela vai gostar de mim? Nossa relação é muito boa, somos muito amigas. Olho para ela e acho que somos parecidas, nosso jeito de falar e de se posicionar são muito semelhantes”. A servidora Maria Armonia adotou Fabiana em 2005, já conversou e explicou para a filha sobre o processo da adoção e hoje se sente uma mulher realizada.

VERSÃO DIGITAL DA “JUSTIÇA EM REVISTA”



A partir desta edição de n.º 40 e alinhado à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, a “Justiça em Revista” deixa de ter uma versão impressa e passa a ser exclusivamente digital, acessível na página da internet: www.jfsp.jus.br.

Além de ser uma opção econômica e ecologicamente correta, com a redução no consumo de papel, será uma forma mais moderna de comunicação que visa atingir um público maior de leitores por meio da internet, podendo ser acessada em computadores, tablets e smartphones.

Na versão digital, em formato “PDF”, a revista continua com a mesma

aparência da versão impressa e será possível a inserção de links de vídeos e áudios nas matérias, pesquisa de conteúdo, integração com as redes sociais, portabilidade, facilidade de leitura entre outras ferramentas.

Assim, em meio à falta de tempo dos dias atuais, será um recurso a mais para chamar a atenção do leitor e do público-alvo da revista, uma vez que o conteúdo deixará de ser estático e haverá interação com ele. No futuro será possível, inclusive, mensurar e monitorar os resultados das publicações. Com isso, dados estatísticos sobre o público leitor e as matérias que foram mais lidas e acessadas poderão ser levantados.

Breve histórico

Iniciada em outubro de 2007, a “Justiça em Revista” já apresentou em suas 40 edições uma grande variedade de assuntos, com registros que retratam os principais acontecimentos da Seção Judiciária de São Paulo nos últimos anos. Voltada para divulgar as ações de cunho administrativo e jurídico, o veículo também visa o intercâmbio de informações entre as Seções Judiciárias do país e os Tribunais Superiores.

Destacamos alguns dos assuntos que mais chamaram a atenção dos leitores: Histórias de Balcão (edição n.º 2 – dez/2007); Tecnologia Audiovisual para Gravação de Audiências (edição n.º 11 – jun/2009); Aposentadoria (edição n.º 12 – ago/2009); O Índio e a Justiça (edição n.º 13 – out/2009); Direito das Minorias (edição n.º 16 – abr/2010); O Perfil dos Servidores (edição n.º 25 – out/2011); Boas Práticas no Fórum Criminal (edição n.º 28 – abr/2012); Vídeo Orienta Testemunhas (edição n.º 33 – fev/2013); Tráfico de Animais (edição n.º 36 – ago/2013); Ideias e Ações para a Administração (edição n.º 39 – fev/2014); imagem da vez, livros lançados por juízes e servidores, dicas de saúde, perfil das subseções e muito mais.

Na sua versão digital, a “Justiça em Revista” pretende se consolidar como um importante veículo de comunicação da Seção Judiciária de São Paulo, divulgando as ações realizadas pela Justiça Federal, conforme disposto na Resolução 85 de 8 de setembro de 2009 e Resolução 79 de 9 de junho de 2009, ambas do CNJ, propiciando aos servidores e magistrados material de apoio para consulta e pesquisa. ■

O CUIDADOR E A PESSOA CUIDADA

Nos dias atuais é cada vez mais comum as pessoas precisarem da figura de um cuidador, e os motivos podem estar relacionados a vários fatores.

Estar acamado ou ter alguma limitação física, intelectual ou sensorial que impeça o exercício das atividades habituais, pode acontecer em decorrência de algum acidente, enfermidade e até mesmo por conta da idade, já que nos últimos anos houve um crescimento na expectativa de vida da população em consequência de fatores como melhores condições sanitárias e avanços na área de saúde.

O cuidador é aquela pessoa que pode ou não pertencer ao grupo familiar, fazer parte do ciclo social ou, quem sabe, até mesmo alguém contratado para a função de auxiliar outra pessoa que esteja impedida de realizar suas atividades, mesmo que seja por um período temporário.

Nesta fase de limitações, quando o sujeito que era independente e autônomo e, de repente, passa a apresentar uma condição de incapacidade, é comum a pessoa se sentir frágil por ter que depender da ajuda de terceiros para realizar coisas simples como locomover-se, alimentar-se e fazer algum procedimento de higiene pessoal. Isso pode reduzir a qualidade de vida do indivíduo facilitando o surgimento de outras doenças e contribuindo para a diminuição do número de anos vividos.

Com o intuito de melhorar o dia a dia dessas pessoas que necessitam de cuidados e de todos os envolvidos, o Núcleo de Saúde da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo disponibiliza o guia “Cuidador e pessoa cuidada”.

O objetivo do material é orientar, de maneira simples e ilustrativa, como é possível realizar o cuidado domiciliar e melhorar a qualidade de

vida tanto do cuidador quanto da pessoa cuidada. Mostrando que atitudes bem direcionadas propiciam maior segurança nas ações prestadas e podem ajudar no convívio diário reduzindo, assim, o tempo de internações hospitalares.

O papel do cuidador é observar e identificar o que a pessoa pode fazer por ela mesma, avaliar as condições e ajudar, mas sem nunca dispensar as orientações dos profissionais da saúde. ■

Veja os temas abordados na cartilha:

- O cuidador
- A pessoa cuidada
- O cuidado é
- O autocuidado
- O cuidador e suas tarefas
- O cuidador e a pessoa cuidada
- O cuidador e a equipe de saúde
- O cuidador e a família
- Direitos do cuidador
- Direitos da pessoa cuidada
- Dicas de serviço

[Acesse aqui o guia da Intranet](#)



JALES - 24ª Subseção

Uma das mais novas cidades do estado de São Paulo, Jales foi fundada em 15 de abril de 1941. O município surgiu com um plano de arquitetura e urbanismo, cujo responsável foi o engenheiro Euphy Jalles.

O engenheiro chegou à região para proceder a subdivisão judicial da Fazenda Ponte Pensa, recebendo um lote de terra como pagamento pelos serviços prestados, e cedeu parte deste pagamento para a formação de um povoado, que hoje é a cidade de Jales.

A vila, como era tratada na época, teve início com apenas 100 habitantes. Seu crescimento deu-se devido às perspectivas de desenvolvimento com as plantações de café, arroz, algodão e cereais.

O solo mostrou características próprias para a formação de pastagens e recurso natural que incentivou a pecuária. Nas glebas mais elevadas foi possível ver um solo formado por terras roxas, uma variedade rica para a policultura do município. Em 24 de dezembro de 1948, Jales obteve sua autonomia político-administrativa.

O município se encontra na região noroeste do estado de São Paulo, conhecida também como Região dos Grandes Lagos, formada pelo represamento das águas das Usinas Hidrelétricas de Marimbondo, Água Vermelha, Ilha Solteira, Jupia, Três Irmãos e Nova Avanhandava. A cidade ainda tem

uma extensão do Hospital do Câncer de Barretos com a finalidade de oferecer um atendimento com maior qualidade e humanização aos pacientes da região.

Justiça Federal

Diante desse crescimento, no dia 20 de abril de 2001, sob a presidência do desembargador federal José Kallás, foi instalada a 24ª Subseção Judiciária, que hoje se localiza na Rua Seis, nº.1837, no Jardim Maria Paula. O Fórum possui uma área construída de 2.470m² com jurisdição sobre 39 cidades.

Atualmente tramitam 5.477 processos na Subseção (dados de janeiro/2014), sendo que a maioria corresponde a processos previdenciários. A direção do Fórum é do juiz federal Fabiano Lopes Carraro, titular da 1ª Vara. Além dele, trabalham no local 23 servidores, 11 estagiários e 23 funcionários terceirizados.

Quarenta municípios integram a Subseção: Aparecida D'Oeste, Aspásia, Auriflora, Dirce Reis, Dolcinópolis, Estrela D'Oeste, Fernandópolis, General Salgado, Guarani D'Oeste, Guzolândia, Indaiaporã, Jales, Macedônia, Marinópolis, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Nova Canaã Paulista, Nova Castilho, Ouroeste, Palmeira D'Oeste, Paranapuã, Pedranópolis, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul,

Santa Rita D'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, Suzanópolis, Três Fronteiras, Turmalina, Urânia e Vitória Brasil.

Ao falar sobre a importância do Fórum para a região, o juiz Fabiano Carraro afirmou: "Reconhece-se, muitas vezes, em favor dessas pessoas, direitos negados pelo Estado em outros órgãos públicos, o que promove a um só tempo uma melhoria na vida das pessoas diretamente beneficiadas e também um estímulo ao progresso local, pelo quantitativo de recursos que é distribuído, por intermédio da Justiça Federal, à população de todos esses municípios".

Vara com JEF adjunto

No dia 4 de fevereiro de 2014 foi inaugurado o Juizado Especial Federal adjunto. Além das ações que já transitavam pela Justiça Federal na região como criminal, cível e tributária, já podem ser tratadas também as demandas cíveis em geral relacionadas à Previdência e Assistência Social, Sistema Financeiro de Habitação, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, cujo valor não ultrapasse 60 salários mínimos. Para a população, um dos principais benefícios trazidos com as instalações é a ampliação dos serviços da Justiça Federal, dando mais eficiência e rapidez ao atendimento. ■



Represa de Ilha Solteira

A Usina Hidrelétrica Ilha Solteira é a maior usina do estado de São Paulo e a terceira maior usina hidrelétrica do Brasil. Está localizada no Rio Paraná, entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS), a 100 km de Jales. Sua barragem tem 5.605 m de comprimento e seu reservatório 1.195 km² de extensão. Sua potência instalada é de 3.444,0 MW e tem 20 unidades geradoras com turbinas tipo Francis. A usina foi concluída em 1978.



Estância turística Santa Fé do Sul

A cidade de Santa Fé do Sul integra a 24ª Subseção e está localizada a cerca de 40 km do município de Jales. A região reúne atrativos naturais e culturais e um povo tradicionalmente hospitaleiro e receptivo. A excelente localização faz de Santa Fé do Sul um portal para o Mercosul. A Ponte Rodoferroviária (idealizada pelo escritor e poeta Euclides da Cunha) e a Hidrovia do Tietê-Paraná fazem de Santa Fé do Sul um importante polo logístico para a produção industrial, pecuária, fruticultura, turismo, armazenamento, transporte e distribuição.

Principais pontos turísticos:

- Praça Sol Nascente
- Ponte Rodoferroviária
- Monumento Alusivo à pesca, trabalho e mulher
- Monumento Tucunaré
- Monumento Colonizadores e Imigrantes
- Fontes d'água
- Rio Águas Claras

Atrações do mês de abril e maio:

- 19 e 20/4 – Jet Ski
- 1/5 – Corrida do trabalhador

EVENTOS E CULTURA

SUA FOTO

A revista National Geographic Brasil seleciona, todos os meses, a melhor foto recebida dos leitores. Se você tem fotos bonitas, envie para o link abaixo. O vencedor do mês ganha um Guia de Fotografia da National Geographic. A Comissão Julgadora é formada por profissionais indicados pela Editora Abril. O concurso será divulgado no portal VIAJEAQUI e no site da NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. 🌐

FESTAS POPULARES BRASILEIRAS

FESTA DO DIVINO. 30/5 a 8/6/2014 - Paraty (RJ). Festa religiosa, comemorada desde o século XVIII, em homenagem à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, no dia de Pentecostes, 50 dias depois da Páscoa. Os festejos, organizados durante um ano, abrangem missas, leilões, rifas, bingos, comidas, danças típicas e shows musicais. 🌐

SUA PUBLICAÇÃO NA 23ª BIENAL DO LIVRO DE SÃO PAULO

Até 31/5/2014, a Scortecci, editora especializada em livros de baixa tiragem, recebe seu material completo para edição e lançamento na 23ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, de 22 a 31/8/2014, no Anhembi. 🌐

OPEN MALL CLEVER CASADO (Bálsamo)

Conhecido como a primeira maravilha da região noroeste paulista, o Centro de Compras (também conhecido como Antiquário) conta com várias lojas, restaurante e áreas de lazer. Está instalado à beira da rodovia Euclides da Cunha. 🌐



CASA DAS ROSAS
(Capital)

Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura, conta com salas de leitura, exposições e cursos. 🌐

THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO (Capital)

Confira a programação: 12 a 24/4 – FALSTAFF, Giuseppe Verdi, John Neschling/Regência; 3 a 7/5 - Balé da Cidade de São Paulo, Victor Hugo Toro/Regente; 29/5 a 11/6 - CARMEN - Georges Bizet, Ramón Tebar/Regência. 🌐

CORRIDAS NO BRASIL

Aos praticantes do esporte, alguns sites listam corridas no Brasil para 2014. Mostram as diferentes modalidades de percurso como montanha, em ruas, nas praias, nos parques, noturna e também para todos os tipos de atletas, só para mulheres, da saúde, dos amigos, dos clubes, e assim vai. Vale a pena conferir:

Click Corridas 🌐 | Eu Corro 🌐

Corre Brasil 🌐 | Track&Field 🌐

Corrida para Mulheres 🌐

SESC 🌐



Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

FAZENDA SANTA GERTRUDES (Santa Gertrudes)

A fazenda com sua arquitetura centenária em estilo francês remete aos tempos aureos do café da colheita ao embarque na estação do trem. A sua antiga tulha de armazenamento foi adaptada para a realização de eventos, sendo um concorrido local para a celebração de casamentos na região. 🌐

SESC (Bertioga)

Inscrições de 1/3 a 5/4, para hospedagem em julho/2014; o ingresso de um dia pode ser adquirido em qualquer unidade do SESC no estado de São Paulo. Você ainda pode levar dois convidados. A permanência é das 8h às 18h e inclui parque aquático, quadras de esportes, sala de jogos, entre outros. 🌐



EXPOSIÇÃO DAVID BOWIE (Capital) – 31/1 a 20/4/2014

A exposição apresentada no Museu da Imagem e do Som, MIS, e organizada pelo Victoria and Albert Museum de Londres, coloca os visitantes interagindo com o processo criativo de Bowie e mostra a influência da sua obra em diversos movimentos artísticos. 🌐

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA (UMIN)

A UMIN é responsável por assessorar a Diretoria da Secretaria Administrativa e Diretoria do Foro, auxiliando nas tomadas de decisões, dentro de suas atribuições e competência com dois núcleos vinculados:

Núcleo de Infraestrutura

- É a área competente pela execução de atividades técnicas nas áreas de engenharia e arquitetura, que vão desde a realização de vistorias para a elaboração de memoriais descritivos, tendo como referência projetos e pareceres, até a orientação, fiscalização, gerenciamento e recebimento final de obras e serviços, atestando as medições e emitindo a

certidão de conclusão dos trabalhos. Além disso, atende as solicitações da Diretoria do Foro, Diretoria da Secretaria Administrativa e a Subsecretaria de Manutenção e Infraestrutura, bem como as requisições das subseções através da OS 02/10 DF e de outros núcleos para análise de relatórios enviados pelas contratadas de manutenção e de propostas técnicas nos processos licitatórios.

Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços

- É responsável pela manutenção de 52 prédios e executa desde o ciclo de contratação dos fornecedores de

produtos e serviços como: locação de imóveis, manutenção predial e elevadores, entre outros. Além disso, elabora todo o expediente de contratação (incluindo memorial descritivo, coleta de orçamentos no mercado, planilhas de custos, confecção de requisição de compras/serviços, do formulário de Lei de responsabilidade fiscal e motivação do pedido) e confecciona o atestado de capacidade técnica. Atua ainda nos casos de dispensa e inexigibilidade, sendo responsável pela obtenção e análise da documentação exigida para a contratação. ■



foto: Fernando Coletti

VARIEDADES

LIVROS



Coragem

A Advocacia Criminal nos Anos de Chumbo
Autor: José Mentor
Editado por: OAB-SP

O livro com apresentação, dentre outros, dos ex-presidentes da OAB SP, Luiz Flávio Borges D'Urso e Rubens Approbato Machado - reúne diversas histórias de advogados criminalistas que, no compromisso com o direito de defesa, tiveram de vencer as condições impostas pela Ditadura Militar para salvaguardar os direitos e a vida de seus clientes.

Curso Completo de Processo Civil
Autor: juiz federal Rodolfo Kronenberg Hartmann
Editora: Impetus



Organizada em um único volume, a obra apresenta todo o conteúdo do Direito Processual Civil. O livro também conta com amplos comentários ao projeto de lei do novo Código de Processo Civil, além de questões de concursos separadas por temas com gabaritos comentados.

Financiamento Eleitoral – Perspectiva Comparada
Autor: juiz federal Bruno César Lorencini
Editora: Atlas



O livro é destinado a profissionais, alunos de graduação e pós-graduação na área de direito eleitoral, bem como a todos aqueles que guardem algum interesse pelo tema do financiamento eleitoral, pauta atual e permanente nos debates sobre a reforma política no Brasil.

Confira os cursos da Justiça Federal previstos para 2014



**ACESSE NA INTRANET > SERVIÇOS > AGENDA DE EVENTOS E CURSOS
ou pelo endereço: intranet.jfsp.jus.br/agenda-de-eventos-e-cursos/**